



**ATIVAS DATA CENTER S.A. - CNPJ/MF nº 10.587.932/0001-36**

Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Balanço Patrimonial			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>		<b>42.322</b>	<b>35.132</b>		<b>39.390</b>	<b>38.965</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.084	12.037	12	5.227	4.535
Contas a receber de clientes	5	17.360	10.009	16	614	677
Partes relacionadas	16	569	4.904	13	23.778	26.517
Impostos a recuperar	6	4.198	5.030	14	8.298	6.799
Despesas antecipadas	7	3.934	2.872		1.473	437
Outros créditos		177	280		18.503	18.053
<b>Não circulante</b>		<b>95.930</b>	<b>107.596</b>		<b>18.503</b>	<b>18.053</b>
Contas a receber de clientes	5	2.434	3.544	13	14.214	15.935
Partes relacionadas	16	3.337	4.985	16	411	238
Despesas antecipadas	7	425	717		2.067	-
IR e CS diferidos	8	12.283	12.394	15	1.811	1.880
Depósitos judiciais		142	109		80.359	85.710
Imobilizado	9	74.138	82.593	17	182.063	182.063
Direito de uso	10	2.222	2.861	17	268.763	268.763
Intangível	11	949	393		(370.467)	(365.116)
<b>Total do ativo</b>		<b>138.252</b>	<b>142.728</b>		<b>138.252</b>	<b>142.728</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

reconhecidos imediatamente no resultado. (i) **Ativos financeiros não derivativos:** Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. (ii) **Classificação de ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros. Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Apesar do disposto acima, a Companhia pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro: A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos. A Companhia pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso a Companhia eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil. (iii) **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (iv) **Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. **Ações preferenciais:** As ações preferenciais não conferem direito de voto e asseguram aos seus titulares a prioridade, em relação às ações ordinárias da Companhia, na distribuição de um dividendo determinado e cumulativo correspondente ao benefício auferido pela Companhia em razão do aproveitamento do prejuízo fiscal, que será pago à conta dos lucros do exercício ou, caso esta não seja suficiente, à conta de reservas de lucros e/ou reservas de capital, de acordo com os termos e condições regulados no Acordo de Acionistas ("Dividendos Preferenciais"). (v) **Instrumentos financeiros derivativos:** Quando aplicável, os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. (b) **Imobilizado:** (i) **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. (ii) **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iii) **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se na expectativa de uso do ativo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo estão apresentadas na nota explicativa nº 9. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. (c) **Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição e implantação, sendo amortizados pelo respectivo prazo de vida útil estimado. Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se na expectativa de uso dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo para Softwares e Programas são de três a dez anos. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Redução ao Valor Recuperável ("Impairment"):** (i) **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de

Demonstração do Resultado	Demonstração dos Fluxos de Caixa					
	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020
Receita líquida das vendas de serviços prestados	18	89.989	94.376	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Custo dos serviços prestados	19	(86.340)	(79.237)	<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>	<b>(5.351)</b>	<b>3.497</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>3.649</b>	<b>15.139</b>	<b>Ajustes por:</b>		
Despesas comerciais	19	(4.618)	(3.965)	Depreciação e amortização	9, 10 e 11	16.105
Despesas administrativas	19	(3.714)	(3.400)	Encargos financeiros, variação cambial e correção monetária	20	2.763
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	2.291	1.066	Reversão de IR e CS diferidos	8	111
<b>(Prejuízo) lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(2.392)</b>	<b>8.840</b>	(Perda) ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes		(184)
Despesas financeiras	20	(2.989)	(3.212)	Constituição de provisões		15
Receitas financeiras	20	405	145	<b>Redução (aumento) de ativos:</b>		
<b>Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS IR e CS</b>		<b>(4.976)</b>	<b>5.773</b>	Contas a receber de clientes		(6.057)
Correntes	8	(264)	(1.592)	Partes relacionadas		5.983
Diferidos	8	(111)	(684)	Impostos a recuperar		832
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>(5.351)</b>	<b>3.497</b>	Outros ativos		(700)
<b>(Prejuízo) lucro por ação, básico e diluído (R\$ por ação)</b>		<b>(0,012)</b>	<b>0,008</b>	<b>Aumento (redução) de passivos:</b>		

Demonstração do Resultado Abrangente	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.351)	3.497
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(5.351)</b>	<b>3.497</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31/12/19</b>	<b>182.063</b>	<b>268.763</b>	<b>(368.613)</b>	<b>82.213</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	3.497	3.497
<b>Saldos em 31/12/20</b>	<b>182.063</b>	<b>268.763</b>	<b>(365.116)</b>	<b>85.710</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(5.351)	(5.351)
<b>Saldos em 31/12/21</b>	<b>182.063</b>	<b>268.763</b>	<b>(370.467)</b>	<b>80.359</b>

falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis mantidos até o vencimento no nível individualizado. Todos os recebíveis até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perspectiva de perda de valor específico. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. (ii) **Ativos não financeiros:** A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. (d) **Passivos circulantes e não circulantes:** Apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras. (e) **Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim do exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para líquidos, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando a Administração da Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza. A provisão para riscos, se necessária, é registrada de acordo com a avaliação de riscos (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. (f) **Provisão para contratos onerosos:** Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios econômicos esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. (g) **Receita operacional:** A prestação de serviços de Data Center (CPD de Hospedagem) compreendendo migração de ambiente, armazenamento, hospedagem de aplicações e sistemas, processamento, disponibilização, monitoramento, conexão de acesso por internet e por circuito dedicado de dados, bem como gerenciamento dos serviços é reconhecida quando da prestação dos serviços de forma contínua pelos prazos pactuados nos contratos com seus clientes. (h) **Auração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. (i) **Arrendamentos:** Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas. Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados: • A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Companhia. • A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual. • A Companhia tem o direito de direção ou o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Companhia deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo de direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento, dos dois o menor. (j) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre caixa e equivalentes de caixa, e receita de aplicação financeira que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, líquidas do desconto a valor presente. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. (k) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>16.752</b>	<b>19.615</b>
Aquisição de ativo imobilizado	9	(318)
Aquisição do intangível	11	(312)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(630)</b>	<b>(885)</b>
<b>Fluxo de caixa nas atividades de financiamento</b>	<b>(12.075)</b>	<b>(14.860)</b>
Pagamento de arrendamentos	13.a	(9.675)
Pagamento de financiamentos	13.b	(2.400)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(12.075)</b>	<b>(14.860)</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.047</b>	<b>3.870</b>
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalente de caixa</b>		
No início do exercício	4	12.037
No fim do exercício	4	16.084
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.047</b>	<b>3.870</b>

diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera ser aplicadas aos prejuízos fiscais e bases negativas quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados individualmente como ativos ou passivos não circulantes, independentemente da existência de expectativa de realização ou reversão no exercício social seguinte e podem ser compensados entre si, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se relacionar a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos deixam de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na medida em que for provável que, à luz das evidências existentes, os benefícios econômicos da dedutibilidade fiscal dos créditos que a ele deram origem, deixarão de ser aproveitados para abater os lucros tributários futuros ou, ainda, sua realização seja incerta ou indeterminada. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de cada levantamento de demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. (l) **Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC:** • **Norma:** Alteração da Reforma da Taxa de Juros Referência à IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40 (R1)). **Requerimento:** Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de "hedge" para permitir a manutenção da contabilização de "hedge" para "hedges" afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de "hedge" ou instrumentos de "hedge" afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. **Impacto nas demonstrações financeiras:** A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras; • **Norma:** IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19. **Requerimento:** Estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento. **Impacto nas demonstrações financeiras:** A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras. (m) **CPCs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as CPCs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis: • CPC 50: Contratos de Seguros; • CPC 36 - Demonstrações Consolidadas: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture". A Administração espera que a adoção das normas listadas acima não tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários	2.083	103
Aplicações financeiras (a)	14.001	11.934
<b>Total</b>	<b>16.084</b>	<b>12.037</b>
(a) Aplicações financeiras: Os títulos de renda fixa estão representados por aplicações em papéis de bancos privados com característica pré-fixada. Disponibilidade diária, mediante recompra, de acordo com as condições de sua emissão. A rentabilidade dos títulos é de acordo com o número de dias da aplicação, a qual varia entre os bancos de 20% a 101,5% (80% a 100% em 2020) do CDI. <b>5. Contas a receber de clientes:</b> As contas a receber decorrem diretamente dos serviços prestados pela Companhia, estão registrados pelos seus valores originais e deduzidos das perdas estimadas em créditos de liquidações duvidosas.		
<b>Total</b>	<b>19.794</b>	<b>13.553</b>
Créditos a vencer	19.662	13.299
Créditos vencidos	132	254
Circulante	17.360	10.009
Não circulante	2.434	3.544
Não existem contas a receber oferecidas em garantia. Resumo das contas a receber por período de vencimento:	<b>2021</b>	<b>2020</b>
A vencer	19.662	13.299
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	114	168
De 31 a 60 dias	16	52
De 61 a 90 dias	2	34
<b>Total</b>	<b>19.794</b>	<b>13.553</b>
A movimentação nas perdas de créditos esperadas é a seguinte:	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>536</b>	<b>185</b>
Adições	193	412
Baixas	(377)	(61)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>352</b>	<b>536</b>
As perdas de créditos esperadas foram registradas na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", no resultado do exercício. Os valores provisionados são baixados quando todos os esforços de cobrança foram esgotados e não existe expectativa de recuperação dos valores a receber.		





►►► fornecedores diversos no montante de R\$ 2.056. (b) A redução dos custos dos serviços prestados por pessoa jurídica refere-se pela mudança na estratégia de monitoramento dos eventos de segurança da informação, o qual passou a ser realizado internamente. (c) A principal variação refere-se à recuperação de despesas previstas no contrato de indenização com ex-sócios conforme contrato de compra e venda no valor de R\$873. (d) Outras despesas houve uma redução em relação a 2020 e os principais impactos foram: gastos "Intercompany" - R\$287, instalação e reforma - R\$366 e outras despesas pulverizadas no montante de R\$144. **20. Resultado financeiro:**

	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>	<b>405</b>	<b>145</b>
Descontos obtidos	8	-
Rendimentos de aplicações financeiras	310	38
Atualização monetária - Selic	11	38
Variação cambial ativa	60	58
Outras receitas financeiras	16	11
<b>Total receitas</b>	<b>405</b>	<b>145</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(2.989)</b>	<b>(3.212)</b>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(817)	(892)
Juros sobre arrendamentos	(1.885)	(1.787)
Imposto sobre operações financeiras	(53)	(209)
Variação cambial passiva	(133)	(268)
Outras despesas	(101)	(56)
<b>Total despesas</b>	<b>(2.989)</b>	<b>(3.212)</b>
	<b>(2.584)</b>	<b>(3.067)</b>

**21. Instrumentos financeiros:** Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos, os objetivos, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento desses riscos. **Estrutura do gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar, analisar, definir limites, os controles apropriados e para monitorar esses riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da

Companhia. Através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento objetiva-se desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. **Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. **Contas a receber de clientes e outros créditos:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia reconhece perdas por redução ao valor recuperável de acordo com sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos, se necessário. **Investimentos:** A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas com contrapartes de renome. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A projeção do fluxo de caixa operacional da Companhia para 2022, apresenta perspectiva de geração de caixa positivo ao longo do ano. Entretanto, em função do volume de novos investimentos previstos associados às parcelas de obrigações com arrendamentos financeiros e empréstimo de capital de giro já existentes e outras obrigações, as disponibilidades financeiras estão reduzidas. Até o fim do 1º Semestre de 2022, a Companhia espera financiar suas atividades com o saldo de caixa de 31/12/2021 e fluxos positivos da operação. Para o 2º Semestre, projeta-se um maior volume de investimentos que irá requerer necessidade de capital de terceiros além dos recursos gerados pela operação.

	Saldo Contábil	Fluxo de caixa contratual	Vencimentos das obrigações				
	2021	2021	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	+ 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>	<b>22.704</b>	<b>27.682</b>	<b>10.461</b>	<b>7.324</b>	<b>4.897</b>	<b>3.044</b>	<b>1.956</b>
Arrendamentos financeiros com garantias	15.288	15.688	15.688	-	-	-	-
Empréstimos	37.992	43.370	26.149	7.324	4.897	3.044	1.956
<b>Total</b>	<b>22.704</b>	<b>27.682</b>	<b>10.461</b>	<b>7.324</b>	<b>4.897</b>	<b>3.044</b>	<b>1.956</b>

**Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (i) **Risco de moeda:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas contratações de serviços em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia, sobretudo o dólar norte-americano (US\$). Os montantes em aberto em 31 de dezembro de 2021 não são relevantes. A exposição cambial líquida da Companhia, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

	2021	2020
Em dólares americanos (US\$ mil)	(70)	(51)

Fornecedores mercado externo (US\$ mil)

	Saldo Contábil	Fluxo de caixa contratual	Vencimentos das obrigações				
	2020	2020	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	+ 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>	<b>25.342</b>	<b>39.195</b>	<b>11.513</b>	<b>10.461</b>	<b>7.324</b>	<b>4.897</b>	<b>5.000</b>
Arrendamentos financeiros com garantias	17.110	17.409	17.409	-	-	-	-
Empréstimos	42.452	56.604	28.922	10.461	7.324	4.897	5.000
<b>Total</b>	<b>25.342</b>	<b>39.195</b>	<b>11.513</b>	<b>10.461</b>	<b>7.324</b>	<b>4.897</b>	<b>5.000</b>

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras:** **Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evi-

dências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 7 de abril de 2022

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/0-8

**Fabiano Ricardo Tessitore**  
Contador  
CRC nº 1 SP 216451/0-1

Risco	Taxa de juros	Risco de alta das taxas de juros nacionais - cenários (% ao ano)		
		Cenário I Provável	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Aumento IGP-M	IGP-M	5,56%	6,95%	8,34%
Aumento CDI	CDI	11,75%	14,69%	17,63%
Redução CDI	CDI	11,75%	8,81%	5,88%
Risco	Valor Contábil			
Redução CDI	14.001	1.645	1.234	823
<b>Ativos financeiros</b>				
Aplicações Financeiras				
<b>Passivos financeiros</b>				
Arrendamento Mercantil Financeiro	Aumento IGP-M (1.609)	(89)	(112)	(134)
Arrendamento Mercantil Financeiro	Aumento CDI (9.499)	(1.116)	(1.395)	(1.674)
Empréstimos	Aumento CDI (15.288)	(1.796)	(2.245)	(2.695)
		<b>(1.356)</b>	<b>(2.518)</b>	<b>(3.680)</b>

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima de acordo com as taxas acumuladas de 2021, em um cenário provável o CDI 11,75% e IGP-M 5,56%. A Administração da Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta nestes indicadores de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerando-os como cenário 1 e cenário 2, respectivamente. **Crerícios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado:** Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos classificados como circulantes: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras. Arrendamentos Financeiros classificados como não circulantes: devido às características específicas dos contratos assinados pela Companhia com a Arcelor, HP e Microcity, eles refletem as taxas de mercado para estes tipos de instrumentos. Assim sendo, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras. **Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente:** A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e

passivos idênticos. **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos. **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. Os demais instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados por valores que se aproximam de seus valores justos em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado abaixo: **a)** Custo amortizado: encontram-se, nesta categoria, os saldos a receber de clientes R\$19.794, os quais estão registrados pelo valor presente. São similares aos valores justos. **b)** Empréstimos e financiamentos R\$15.288, são mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. **c)** Fornecedores: são os saldos a pagar a fornecedores R\$5.227, são reconhecidos pelo valor nominal de liquidação e similares aos valores justos. **22. Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2021, está demonstrada a seguir:

Itens	Tipo de cobertura	Data de Vigência		Limite Máximo de Indenização
		De	Até	
Responsabilidade Civil	Operações - estabelecimentos comerciais e/ou industriais, prestação de serviços em locais de terceiros, riscos contingentes de veículos terrestres motorizados, responsabilidade civil do empregador, danos morais, defesa em juízo civil e prejuízos financeiros e/ou perdas financeiras.	08/09/21	08/09/22	1.000
Seguro de Automóvel	Cobertura para Terceiros Acidente de Passageiro Danos Morais	26/10/21	26/10/22	150
		26/10/21	26/10/22	5
Patrimonial - Empresarial	Predial, incêndio, danos elétricos, equipamentos arrendados e/ou cedidos a terceiros, equipamentos eletrônicos, estacionários, portáteis, movimentação interna de mercadorias e lucro cessantes.	01/09/21	01/09/22	210.000

**23. Transações que não envolvem caixa:** **a. Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2). **b. Imobilizado:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu ativo imobilizado no montante líquido de R\$7.255 (R\$14.388 em 2020) dos quais R\$6.937 (R\$13.657 em 2020) não são itens de caixa.

**25. Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração e Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2022 e autorizadas para publicação em 7 de abril de 2022.

**24. Eventos subsequentes:** Não há eventos subsequentes entre 1º de janeiro de 2022 e a data de emissão dessa demonstração financeira, que possam afetar significativamente os números apresentados nes-

**Diretoria**

**Ricardo Scheffer de Figueiredo** - CEO Grupo SONDA Brasil  
**Edson Ferreira Leite** - Diretor-Presidente  
**Luis Henrique Caloi** - Diretor Data Center e Cloud

**Frederico Gustavo de Assis Silva**  
Contador - CRC/MG 088418/0-3 T-DF

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2900-1559-8991-985A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2900-1559-8991-985A



### Hash do Documento

KvT8nxZOizv+psDbZq5Rvgv/45mpkvgvsN35xlltRsE=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/04/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 15/04/2022 10:30 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

